



MANEJO DA DOR EM CUIDADOS PALIATIVOS: DESAFIOS ÉTICOS, INSTITUCIONAIS E CLÍNICOS NA PRÁTICA DA ENFERMAGEM

Natany Aparecida Batista¹, Ariana Ferrari²

¹Mestranda no Programa de Promoção da Saúde, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR.

²Docente do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde, Campus Maringá-PR, Universidade Cesumar - UNICESUMAR.

RESUMO

O manejo da dor em cuidados paliativos constitui prioridade para a equipe multiprofissional, dada sua complexidade clínica e subjetiva. Nesse contexto, a enfermagem desempenha papel estratégico na avaliação e condução do cuidado. Este estudo teve como objetivo identificar os desafios enfrentados pela enfermagem no manejo da dor em cuidados paliativos. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura nas bases de dados SciELO, LILACS e BDNF, entre junho e julho de 2025. Incluíram-se artigos em português, publicados entre 2014 e 2024, disponíveis na íntegra, que abordassem estratégias de controle da dor com foco na prática da enfermagem. A análise dos estudos evidenciou que o enfermeiro atua de forma estratégica no controle da dor, por meio da avaliação clínica recorrente, administração segura de fármacos, escalonamento terapêutico conforme a gravidade e a reavaliação contínua do quadro clínico, uso de medidas não farmacológicas, além de ações educativas e suporte biopsicossocial. Também foram identificadas barreiras relevantes, como estigmas relacionados ao uso de opioides, sobrecarga de trabalho, insuficiência de recursos humanos e limitações institucionais. Conclui-se que a enfermagem desempenha papel central no manejo da dor em cuidados paliativos, sendo responsável tanto por intervenções farmacológicas quanto não farmacológicas, e que a qualificação profissional e o suporte institucional são determinantes para a efetividade da assistência.

PALAVRAS-CHAVE: Analgésicos Opioides; Cuidados Paliativos; Dor; Enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

A dor é uma experiência complexa e desafiadora, resultante de mecanismos fisiológicos e patológicos. Apesar das diversas medidas existentes para seu controle, compreendê-la exige reconhecer a individualidade de cada paciente, possibilitando uma abordagem mais efetiva e centrada na pessoa (Carvalho; Parsons, 2012).

A avaliação da dor é crucial para a sistematização do cuidado, sendo possível utilizar escalas avaliativas como a Escala Visual Analógica (EVA), Escala Numérica da Dor, Questionário McGill, registros biográficos, diário da dor e o exame físico. Dentre as estratégias de manejo, destaca-se a escada analgésica da OMS, adaptada no Manual de Cuidados Paliativos, que propõe uma progressão desde o uso de analgésicos não opioides até opioides fortes, conforme a intensidade da dor. Em todas as etapas, podem-se incluir adjuvantes, opioides de resgate e medidas não farmacológicas, mantendo um controle rigoroso dos sintomas (Castilho; Silva; Pinto, 2021).

Para avaliação e gestão adequada da dor, é necessário a presença de uma equipe de enfermagem capacitada, conforme previsto no Código de Ética da profissão, especialmente em seu parágrafo único:

Nos casos de doenças graves incuráveis e terminais com risco iminente de morte, em consonância com a equipe multiprofissional, oferecer todos os cuidados paliativos disponíveis para assegurar o conforto físico, psíquico, social e espiritual, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal (BRASIL, 2017).

Em paralelo, a Política Nacional de Cuidados Paliativos (2024) reconhece o controle da dor como parte da atenção integral à saúde de pessoas com doenças ameaçadoras à vida. Ressalta uma abordagem multidisciplinar, enfatizando a atuação da para uma avaliação abrangente da pessoa cuidada e elaboração de plano terapêutico, resultando em



um manejo adequado dos sintomas, incluindo medidas não farmacológicas. A política traz também a promoção de acesso a medicamentos, incluindo opioides, a fim de garantir uma assistência integrada em toda Rede de atenção à saúde do SUS (BRASIL, 2024).

Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir os desafios éticos, institucionais e clínicos enfrentados pela enfermagem no manejo da dor em cuidados paliativos, à luz das diretrizes nacionais e das práticas assistenciais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, com seleção de pesquisas científicas relevantes sobre o manejo da dor em cuidados paliativos na perspectiva da prática de enfermagem. A busca foi realizada entre os meses de junho e julho de 2025, nas bases de dados SciELO, LILACS e BDNF, utilizando os descritores controlados “cuidados paliativos”, “dor”, “enfermagem” e “manejo da dor”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR.

Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, publicados em português entre 2014 e 2024, que abordassem intervenções farmacológicas e não farmacológicas no manejo da dor, com foco na atuação da equipe de enfermagem. Excluíram-se teses, dissertações, estudos duplicados, editoriais, cartas ao editor e publicações que não apresentassem correlação direta com a temática proposta.

A seleção priorizou estudos que contribuíssem para a compreensão dos desafios clínicos, éticos e institucionais enfrentados pelos profissionais de enfermagem na condução do cuidado paliativo, com ênfase nas estratégias de controle da dor no contexto da Rede de Atenção à Saúde.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A dor é um dos sintomas mais prevalentes em pacientes em cuidados paliativos, sendo seu manejo uma prioridade assistencial. Por essa razão, é considerada o quinto sinal vital, e deve ser gerenciada de forma rigorosa e em consonância com os cuidados paliativos, que buscam o controle de sintomas de maneira impecável, alívio do sofrimento e a melhoria da qualidade de vida do paciente.

Como forma de controle de dor, o uso de medidas farmacológicas é crucial, todavia o uso de analgésicos, opioides ou adjuvantes necessita ser adequadamente prescrito e acompanhado, devido a possibilidade de efeitos colaterais, podendo interferir na aceitação ao tratamento e nas atividades de vida diária do paciente, afetando sua qualidade de vida (Mendes., *et al* 2014).

Entre as estratégias complementares, destacam-se as medidas não farmacológicas são consideradas medidas terapêuticas adjuvantes que podem ser realizadas por enfermeiros, que quando associadas as medidas medicamentosas permitem a prevenção ou o tratamento da dor. As intervenções com musicoterapia, aromaterapia e meditação guiada são umas dessas medidas, possíveis de serem aplicadas em unidades de Cuidados Paliativos, hospices e Home care, com pacientes oncológicos ou não oncológicos, desde que seja acompanhado a duração da intervenção, sua frequência e como será implementada (Vicente., *et al* 2022).

Ao considerar o controle da dor como um dos aspectos fundamentais nos cuidados paliativos, destaca-se o papel da equipe de enfermagem na gestão do cuidado. Essa atuação envolve coleta de dados, interpretação, planejamento de conduta e reavaliação contínua, considerando a singularidade do paciente e a multidimensionalidade da dor, que é um aspecto crucial difundido por Cicely Saunder - dor total, que só é possível de ser avaliada a partir do diálogo com o paciente, uma observação clínica contínua. Esse cuidado



possibilita uma antecipação do profissional de enfermagem frente as possibilidades de desconforto que podem acontecer e assim executar intervenções para alívio do sintoma (Castro., *et al* 2021).

Um exemplo prático da administração de opioides foi relatado no estudo de Tavares., *et al* (2023), onde durante o período de internação hospitalar houve escalonamento de via de administração medicamentosa, inicialmente com a via oral, progredindo para via subcutânea quando avaliado necessidade de melhor controle de dor, porém ainda com o uso de uma via mais confortável e com menor risco de complicações (Tavares., *et al* 2023).

Para ajuste e controle adequado da dor o acompanhamento contínuo feito pela enfermagem permite essa adaptação terapêutica, através de avaliação clínica e uso de escalas padronizadas, esse acompanhamento periódico possibilita um tratamento adequado considerando que o sintoma pode ser decorrente da própria patologia e sua progressão ou dos tratamentos realizados (Vicente., *et al* 2022).

Outro ponto importante no manejo da dor é o ajuste de individualizado da dose dos fármacos, sendo a rotação de opioides e a titulação de doses estratégias que resultam em um melhor controle analgésico, na pesquisa, a Unidade de terapia intensiva estudada realiza o ajuste principalmente por meio de doses de resgate, administradas conforme a necessidade do paciente, onde cerca de 59,8% dos pacientes apresentaram alteração na dose, ajustada com base na demanda analgésica. Embora a literatura recomende doses entre 5 e 10 mg, o ajuste realizado foi adequado para o controle eficaz da dor dos pacientes deste estudo (Moraes., *et al* 2023).

Além da atuação técnica, a enfermagem possui responsabilidade éticas promovendo a autonomia do paciente, e esclarecendo questionamentos que possam surgir do paciente e dos seus cuidadores, de maneira a gerenciar adequadamente a dor, embasado em conhecimento científico aplicado a prática.

No entanto, essa prática enfrenta barreiras: estigmas relacionados ao uso de opioides (como medo de dependência ou de acelerar a morte), resistência familiar, limitações institucionais e falta de recursos humanos. Diante disso, torna-se indispensável o trabalho multiprofissional, a adequação do número de profissionais e a implementação de ações educativas voltadas à equipe e familiares, especialmente no contexto do fim da vida (Coyne., *et al* 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O manejo da dor em cuidados paliativos demanda uma abordagem ampla e sensível, que vá além do controle farmacológico dos sintomas. É fundamental compreendê-la como uma experiência total, que abrange dimensões físicas, emocionais, espirituais e sociais, a fim de promover conforto e dignidade ao paciente. Nesse contexto, o papel da enfermagem se destaca por sua presença contínua e pelo olhar integral que pode oferecer aos pacientes, atuando tanto na identificação da dor quanto na implementação de estratégias terapêuticas individualizadas.

As intervenções não farmacológicas se apresentam como recursos potentes e complementares no alívio da dor, especialmente quando associadas ao cuidado centrado na pessoa. No entanto, a prática clínica ainda enfrenta desafios como a capacitação permanente e contínua e sobrecarga de trabalho. Reconhecer essas limitações e investir em educação permanente e suporte institucional é de responsabilidade de todos os gestores em saúde. Somente assim os profissionais de enfermagem poderão exercer plenamente seu papel no enfrentamento da dor, contribuindo para uma assistência mais digna, eficaz e centrada nas necessidades reais de quem vive com uma doença ameaçadora à vida.



REFERÊNCIAS

MENDES, Thaís Rezende et al. Ocorrência da dor nos pacientes oncológicos em cuidado paliativo. **Acta paulista de enfermagem**, v. 27, p. 356-361, 2014, <https://doi.org/10.1590/1982-0194201400059>.

CASTRO, Maria Cristina Freitas de et al. Dor total e teoria do conforto: implicações no cuidado ao paciente em cuidados paliativos oncológicos. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 42, p. e20200311, 2021, <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200311>.

DO NASCIMENTO MORAIS, Mariana et al. Use of opioids by patients in oncology palliative care: analysis of consumption rates at a public hospital in Brasília (DF), Brazil. **Latin American Journal of Palliative Care**, v. 2, p. 20220036-20220036, 2023, <https://doi.org/10.59679/LAPC20220036>.

VICENTE, Ana et al. Intervenções não farmacológicas implementadas por enfermeiros no controlo da dor em cuidados paliativos: protocolo scoping review. **Enfermería Actual de Costa Rica**, n. 43, 2022, <http://dx.doi.org/10.15517/enferm.actual.cr.v0i43.47876>.

COYNE, Patrick et al. American society for pain management nursing and hospice and palliative nurses association position statement: pain management at the end of life. **Pain Management Nursing**, v. 25, n. 4, p. 327-329, 2024, <https://doi.org/10.1016/j.pmn.2024.03.020>.

BRASIL. Resolução **COFEN 564/2017** – Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <https://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5642017/>

Brasil. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº 3.681, de 7 de maio de 2024**. Institui a Política Nacional de Cuidados Paliativos - PNCP no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, por meio da alteração da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-gm/ms-n-3.681-de-7-de-maio-de-2024-561223717>

CASTILHO, Rodrigo Kappel; SILVA, VCS da; PINTO, C. da S. Manual de cuidados paliativos. **ANCP. 3nd. Atheneu**, 2021.

CARVALHO, Ricardo Tavares de; PARSONS, Henrique Afonseca. **Manual de Cuidados Paliativos ANCP: ampliado e atualizado**. 2. ed. São Paulo: ANCP, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/Manual-de-cuidados-paliativos-ANCP.pdf>